

Resenha bibliográfica

História monetária do Brasil, 1900-45

Neuhaus, Paulo, *História Monetária do Brasil, 1900-45*. Rio: IBMEC, 1975, 198 pp.

ROBERTO FENDT JR. *

A pesquisa em economia deve tratar de temas relevantes. A história monetária que Paulo Neuhaus compôs para a primeira metade deste século gira em torno de um tema extremamente importante: em poucas palavras, até que ponto a importância da política monetária não está sendo sistematicamente subestimada na moderna historiografia brasileira. Da leitura das quase 200 páginas do volume ressalta a impressão de que o manuseio discricionário de agregados monetários tem sido tudo, menos neutro, em seus efeitos sobre o lado real da economia, tanto em seus momentos de maior sucesso (o mais flagrante deles, a política de *open market* com café, executada nos anos 30), como naqueles eventos em que a obstinação cega em perseguir objetivos conflitantes e dogmas econômicos mitológicos resultou em custos sociais de ajustamento *post hoc* reconhecidos como perfeitamente dispensáveis.

A relevância é necessária, mas raramente suficiente para assegurar o interesse de qualquer leitura. Um dos segredos do livro reside na escolha judiciosa dos temas centrais de política econômica em cada período, a um tempo sem prejuízo da riqueza de pormenores com que os fatos são analisados e documentados, enquanto o enfoque econômico se mescla com explicações de política e sociologia de grupos, na análise dos eventos domésticos e do balanço de pagamentos.

* Da Universidade de São Paulo.

Embora o livro cubra os acontecimentos em sua cronologia natural, alguns deles naturalmente se impõem, dominando períodos inteiros na historiografia de Neuhaus. Esses “grandes eventos” correspondem aos dois experimentos com o padrão-ouro, a persistência da doutrina do “crédito legítimo”, o experimento com o primeiro Banco Central entre 1923 e 1926 e, naturalmente, a Grande Depressão. A cada um destes — e à sua análise no livro de Neuhaus — agora nos dirigimos.

O primeiro experimento com o padrão-ouro constituiu decorrência direta do programa de estabilização, executado pela *ortodoxia* entre 1900 e 1906, e do Convênio de Taubaté, assinado em 1906 pelos governadores dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para a defesa dos interesses do setor cafeeiro. No primeiro capítulo do livro Neuhaus examina exaustivamente, com base em relatórios oficiais, jornais e relatórios consulares, as posições dos diversos interesses em jogo com a estabilização cambial e a particular taxa de câmbio (a paridade mitológica de 1846) desejada para o pleno funcionamento da Caixa de Conversão. Não fica muito claro, contudo, a razão da obstinação quanto à volta ao padrão-ouro e a fraca oposição encontrada ao esquema de estabilização adotado com a Caixa. A persistência em torno da estabilização cambial, todavia, não parece de todo destituída de fundamento. Em seu *Tract on Monetary Reform*, Keynes se refere aos custos de uma unidade monetária instável nos seguintes termos: “(...) A inflação é injusta e a deflação não é expediente. Dos dois, a deflação talvez seja — ignorando os casos extremos (como o da hiperinflação alemã) — a pior, porque num mundo empobrecido é pior provocar desemprego do que desapontar o *rentier*. Mas não é necessário que se contrabalance um mal com outro. É mais fácil concordar com que ambos sejam males a serem eliminados. O capitalismo individualista de hoje, precisamente porque confia a poupança ao investidor individual e a produção ao empresário individual, *pressupõe* uma medida estável de valor, e não pode ser eficiente — e talvez nem mesmo sobreviver — sem uma medida com essa característica (...)”. Ora, com o nível de preços caindo em 16% em 1900, 11% em 1901, subindo 21% em 1902, para voltar a cair 21% em 1905 e subir 35% em 1906, torna-se compreensível que a idéia de uma maior estabili-

dade no nível de preços (presumidamente atingível dentro do automatismo do crescimento de uma oferta de moeda endógena na regra do padrão-ouro), encontrasse tão pouca objeção. Mais ainda se nos lembrarmos de que, junto a cada deflação violenta vinha sempre associada uma correspondente queda no nível de atividade: como nos mostra Neuhaus, a queda no produto em 1908, em 19% (em grande parte ligada à violenta queda na oferta de moeda), não encontrou paralelo em todo o século (compare-se a essa a queda do produto em 1931, no fundo da Depressão, quando o produto caiu somente 3,3%).

Extremamente interessante durante o período anterior à Grande Guerra é o comportamento do balanço de pagamentos. Os dados existentes são esparsos e qualitativos a maioria das vezes, sendo que os quantitativos ficam limitados à balança comercial e ao influxo de reservas. Com muita propriedade Neuhaus se abstém de uma análise mais conclusiva sobre o relacionamento entre o crescimento do componente doméstico da base monetária e o comportamento do balanço de pagamentos. Como uma das funções de uma resenha bibliográfica é levantar temas de discussão, gostaria de sugerir que as informações esparsas são consistentes com uma classe de teorias que passou a ser englobada sob a denominação genérica do enfoque monetário do balanço de pagamentos.

Uma versão descarnada desse enfoque monetário diria mais ou menos o seguinte. Residentes do País demandam moeda numa proporção estável de sua renda nominal. Um excesso de demanda por moeda resulta num desequilíbrio de estoque, tal como no caso do pagamento da dívida externa do País (o que ocorreu no período com a retomada do serviço da dívida e a amortização do principal de empréstimos contraídos ao longo do século XIX), denominada em termos de uma moeda internacional. Esse excesso de demanda por moeda somente pôde ser satisfeito através de um *superavit* no balanço de pagamentos. Supondo adicionalmente que, em decorrência do desequilíbrio de estoque gerado pelo pagamento da dívida externa (ou, mais realisticamente, pelo menos para o período inicial do experimento, uma regra de crescimento da oferta de moeda dependente do estoque de reservas acumuladas na Caixa de Estabilização), os indivíduos reacumulem encaixes reais como uma

função constante da diferença entre a caixa real desejada e a atual, podemos descrever o comportamento da economia fora do equilíbrio de estoques como:

$$\dot{M} = B = Y - E$$

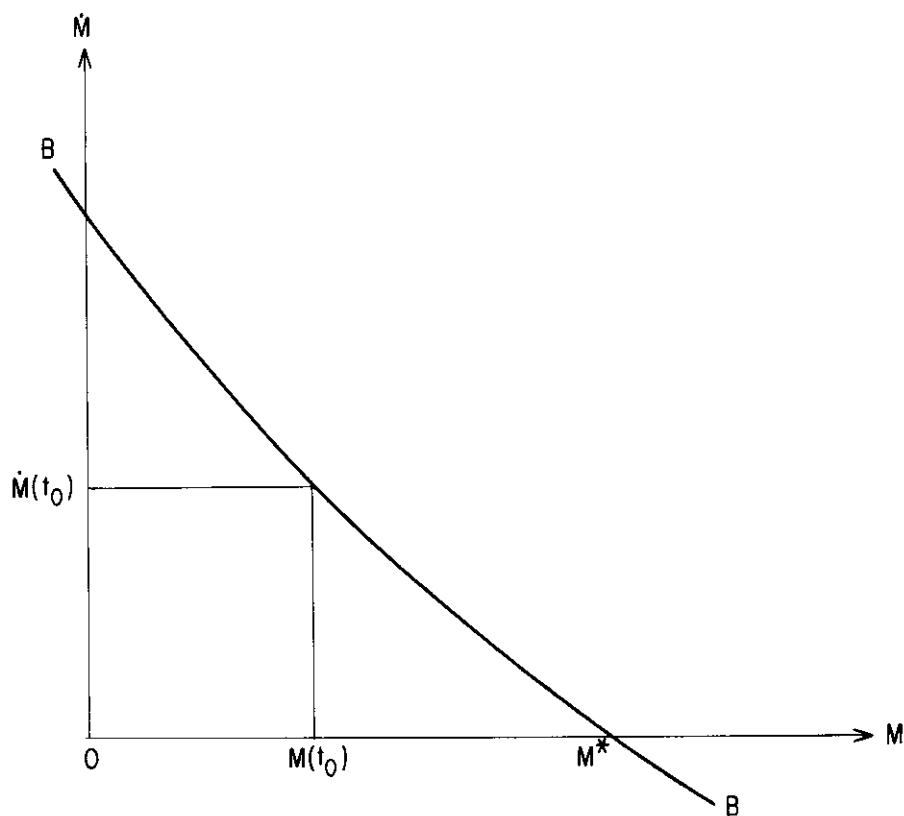
A equação diz que a taxa de acumulação do estoque de moeda (\dot{M}) é igual à diferença entre a renda doméstica (Y) e a despesa global dos residentes (E) ao nível internacional de preços, e igual ao *superavit* no balanço de pagamentos.

Podemos descrever o ajustamento de estoque e o balanço de pagamentos através da Figura 1, onde M^* é o estoque desejado de caixa real. Partindo de um equilíbrio inicial em que $M = M^*$ e $\dot{M} = 0$, suponhamos que, para fazer face à transferência para o exterior, as autoridades reduzam o estoque existente de caixa real em x por cento, o que gera um valor da caixa atual $M = (1 - x)M^*$. Como o ajustamento de estoque é descrito pela linha BB , associamos ao estoque de moeda \dot{M} a taxa de ajustamento (igual ao *superavit* do balanço de pagamentos), \dot{M} , a qual se aproxima de zero à medida que a caixa atual se aproxima da caixa desejada.

Entendida dessa forma, a essência do enfoque monetário reside no fato de que o balanço de pagamentos é o veículo através do qual é possível eliminar excessos de demanda (oferta) por ativos (no sentido de estoque). Esse enfoque admite que, embora um excesso de demanda por bens deva ser contrabalançado por um excesso de fluxo de oferta de moeda, os desequilíbrios não surgem somente no mercado de bens, conforme prediz o enfoque alternativo de elasticidades. Longe de agir passivamente para satisfazer a restrição orçamentária de fluxo, as condições monetárias — a taxa de excesso de fluxo de oferta (demanda) por moeda — são sensíveis a variações no valor do estoque atual relativo ao estoque desejado. E o enfoque permite prever o *superavit* ou *deficit* sob hipóteses alternativas com respeito a alterações na oferta de moeda.

Aplicando tais idéias ao caso brasileiro dos anos anteriores a 1914, esperaríamos que a decisão das autoridades quanto a relacionar o crescimento da oferta de moeda com o crescimento da conversibilidade limitasse extremamente a capacidade da economia em satisfazer,

FIGURA 1



com as fontes domésticas de moeda, seu excesso de demanda por caixa real. Embora um teste completo das hipóteses propostas acima exigisse o conhecimento do balanço de pagamento como um todo (e não somente o comportamento da balança comercial), o próprio crescimento do estoque de reservas em poder da Caixa de Conversão e a presença de investimentos estrangeiros líquidos autorizam a supor que o balanço de pagamentos deve ter seguido um comportamento supervitário durante todo o experimento.

Em 1926 o Brasil voltou ao padrão-ouro, após a interrupção causada pela Primeira Guerra. Novamente se buscava uma taxa cambial "baixa e estável". As condições, contudo, haviam mudado ra-

dicalmente. Ao *gold standard* de antes da guerra sucedeu, na realidade, um *dollar-exchange standard*, sujeito, ao menos parcialmente, às ações do *Federal Reserve*.

Ademais, novamente o tema da paridade cambial estava no cerne do estabelecimento da Caixa de Conversão. E não é de estranhar que entre as conseqüências econômicas do Sr. Washington Luiz constasse o pouco conhecido episódio da recessão que se iniciou no Brasil em setembro de 1928, antecipando, portanto, em um ano a crise da bolsa e o colapso da economia mundial.

Os fatos da depressão são bastante conhecidos e Neuhaus dedica um capítulo inteiro a sua análise. O fato mais significativo, com relação ao desenrolar da crise no mundo desenvolvido, concerne tanto ao início antecipado da crise no Brasil (por força da política deflacionista de 1928), como à recuperação mais rápida no caso brasileiro, junto a uma queda menor nos níveis de emprego e produto brasileiros. Neuhaus discute exaustivamente a explicação pioneira de Celso Furtado, no sentido de que o fim prematuro da depressão se deveu ao financiamento da compra e destruição de estoques de café financiados por emissão. A partir dessa discussão se configuram alguns elementos novos que adicionam bastante à explicação original do atenuado do ciclo no Brasil (em termos dos multiplicadores de despesa governamental e monetário) o empréstimo de 20 milhões de libras, em 1930, ao Estado de São Paulo; a socialização de 50% das dívidas do setor cafeeiro com os bancos comerciais, em 1934; os *deficits* orçamentários depois de 1930, especialmente com gastos em obras públicas contra secas no Nordeste e militares na Revolução Constitucionalista de 1932; a flexibilidade maior de preços e salários no Brasil, ao lado do impacto da forte desvalorização cambial que serviu adicionalmente para manter elevada a renda do setor cafeeiro.

Mais importante, porém, se compararmos o caso brasileiro com o americano, é o comportamento da oferta de moeda ao longo do ciclo. Como se mencionou anteriormente, a contração monetária brasileira antecipou a americana, o mesmo se verificando com a expansão. Em ambos os países existem evidências de uma fraca recuperação do produto industrial já em 1931. Aparentemente, no caso brasileiro, a expansão da oferta de moeda, em 16% em 1931

e 18% em 1932, representou o fator decisivo para a recuperação do produto global já em 1932, enquanto nos Estados Unidos a débil recuperação do produto industrial foi sufocada pela mais violenta contração de meios de pagamentos ao longo de toda a Depressão.

TABELA I

*A depressão mundial no Brasil e nos Estados Unidos
1929/34*

(Taxas de variação percentual)

Anos	Brasil			Estados Unidos		
	Moeda	PIB Real	Preços	Moeda	PIB Real	Preços
1929	— 5,7	1,1	— 3,6	0,1	6,0	0,3
1930	—14,7	—2,1	—12,4	— 5,3	— 8,9	— 3,8
1931	16,1	—3,3	—10,9	—11,7	— 5,9	—10,3
1932	18,8	4,3	1,5	— 6,9	—14,6	— 8,7
1933	— 3,3	8,9	— 2,0	— 3,0	— 2,9	— 1,4
1934	14,7	9,2	6,3	15,1	8,9	7,2

FONTE: Paulo Neuhaus, *História Monetária do Brasil, 1900-45*.

O comportamento da oferta de moeda durante a depressão permite estabelecer um pano de fundo para a discussão de um ponto importante do livro de Neuhaus. Antes, porém, vale a pena completar esse pano de fundo, observando a emergência da doutrina do *crédito legítimo* na formulação da própria política econômica dos anos 20. Reflexo de uma visão de banqueiro da realidade macroeconômica, a doutrina implicava no estabelecimento de uma regra de crescimento da oferta de moeda de acordo com as *necessidades do comércio*. O fato de que, ao seguir ao pé da letra tal regra, se incorporaria um óbvio elemento pró-cíclico à demanda agregada, não ficava claro aos proponentes da doutrina, uma vez que confundiam estabilidade no crescimento da oferta de moeda com variabilidade compensatória da base monetária, principalmente em resposta ao componente mais errático do multiplicador (a relação encaixe/depósitos do público).

O surgimento de um banco central para implementar as regras da *doutrina* não foi mais que um corolário natural da nova composição política, e efetivamente o primeiro banco central foi instalado em 1923, sendo o experimento, contudo, encerrado abruptamente em 1926.

Neuhaus argumenta que a brusca interrupção do experimento teve um caráter negativo, já que privou as autoridades, durante os primeiros anos da depressão, do aprendizado institucional que se teria desenvolvido, tivesse o banco central operado continuamente desde 1923. Embora convincentemente exposto, este é um argumento contrário ao *mainstream*. Um dos pontos em que parece existir concordância entre os analistas americanos (entre outros, Milton Friedman e Anna J. Schwartz, de um lado, e James Tobin, de outro) consiste no fato de que o *Federal Reserve*, malgrado existir desde 1913, agiu pró-cíclicamente durante a Depressão, não somente agravando a recessão iniciada em 1929, como matando a incipiente recuperação de 1931. Como o burguês fidalgo, na crise de 1929 as autoridades monetárias brasileiras fizeram prosa sem saber. A conjugação de fatos exógenos descritos anteriormente levou as autoridades a uma postura anticíclica, abreviando a recessão brasileira; possivelmente um banco central já estabelecido em 1929 teria agido dentro do "estado das artes" de seu tempo e agravado ainda mais a crise.

Essa breve revisão dos principais episódios na história monetária de Paulo Neuhaus dificilmente poderá dar ao leitor uma pálida idéia, tanto do trabalho de pesquisa, como de interpretação econômica dos eventos e idéias, e pureza de estilo. Faço minhas as palavras de Arnold Harberger no prefácio do livro e o recomendo entusiasticamente aos estudiosos de teoria e política econômica e a todos aqueles interessados num conhecimento sério da nossa história.

**ASSINATURAS DE
"PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO"**

Visando a facilitar aos leitores o recebimento automático da Revista **Pesquisa e Planejamento Econômico**, o IPEA resolveu instituir um sistema de assinaturas, válido por seis (6) números.

As assinaturas serão cobradas ao preço de capa da revista vigente na ocasião da assinatura e irrealizável pelos seis (6) números correspondentes.

Os assinantes de **Pesquisa e Planejamento Econômico** gozarão dos seguintes descontos na compra, pelo Reembolso Postal, de outras publicações, durante o 1.º ano de validade da assinatura:

Livros editados a partir de 1975 — 20%

Livros editados entre 1973 e 1974 — 30%

Livros editados entre 1971 e 1972 — 40%

Os pedidos de assinaturas devem ser endereçados ao Serviço Editorial — Rua Melvin Jones, 5 — 28.º andar, Rio de Janeiro, acompanhados de cheque pagável na praça do Rio de Janeiro, no valor de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), em nome do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA.

ANPEC — Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia

IV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA

GUARUJÁ — (SP) CASA GRANDE HOTEL

DIAS: 8, 9 e 10 de dezembro de 1976

Os profissionais que desejarem apresentar trabalhos deverão encaminhar cópia dos mesmos ao Coordenador de qualquer dos Centros membros da ANPEC até o dia 15 de outubro de 1976.

DEPE — Cidade Universitária Caixa Postal 1170 Campinas (SP)	CAEN	— Av. da Universidade, 2700 Fortaleza (CE)
IEPE — Av. João Pessoa, 52 Porto Alegre (RS)	CEDEPLAR	— Rua Curitiba, 832 — 9.º and. Belo Horizonte (MG)
UFBa — Praça 13 de maio, 6 Salvador (BA)	UnB	— Universidade de Brasília Campus Universitário
NAEA — Av. Governador J. Malcher, 1192 Belém (PA)	FIPE	— Campus Universitário São Paulo (SP)

**NOTA AOS COLABORADORES DE
"PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO"**

1. A revista só aceita matérias inéditas, tanto no País como no exterior.
2. O autor deve remeter apenas uma cópia do trabalho, endereçada ao Editor-Chefe. A revista não devolve a cópia que lhe é enviada.
3. O trabalho deve ser datilografado em espaço dois, deixando-se à esquerda de cada lauda uma margem de 3 a 4 cm. Deve-se evitar rasuras e emendas que dificultem a leitura e compreensão do texto.
4. As colaborações poderão ser submetidas sob forma de **Artigo** (desejavelmente contendo no mínimo 20 e no máximo 50 páginas), **Comunicações** (máximo de 20 páginas) e **Resenha Bibliográfica** (máximo de 15 páginas). O Corpo Editorial, todavia, reserva-se a faculdade de definir a que título e sob que forma — se como artigo, comunicação ou resenha — a matéria deve ser publicada.
5. A revista aceita originais em inglês, francês e espanhol e encarrega-se de sua versão para o português. A tradução não é revista pelo autor. Ao sair publicada a matéria, será expressamente feita a ressalva: "Tradução não revista pelo autor".
6. As colaborações não são remuneradas. Cada autor receberá, sem qualquer ônus, 50 (cinquenta) separatas do seu próprio trabalho e 5 (cinco) exemplares do número completo da revista em que saiu publicado.
7. Os trabalhos não devem incluir bibliografia. As referências bibliográficas, assim como demais notas, devem ser feitas ao pé da página.
8. Os autores devem cuidar para que as referências bibliográficas sejam completas, contendo, no caso de livros citados: autor(es), título completo, edição, local, editora, ano da publicação, número da página, série ou coleção; no caso de artigo de periódico: autor(es), título completo do artigo, título completo do periódico, local, número do volume, número do fascículo, número da página, mês e ano da publicação. Para uma orientação mais completa e detalhada, recomenda-se aos autores que consultem as especificações adotadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas no tocante a "Referência Bibliográfica".

obras publicadas pelo ipea

Relatórios de Pesquisa

- 1 — **Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações** — Edmar Bacha e outros.
- 2 — **Exportações Dinâmicas Brasileiras** — Carlos von Doellinger e outros.
- 3 — **Eficiência e Custos das Escolas de Nível Médio: Um Estudo-Piloto na Guanabara** — Cláudio de Moura Castro.
- 4 — **Estratégia Industrial e Empresas Internacionais (Posição Relativa da América Latina e do Brasil)** — Fernando Fajnzylber.
- 5 — **Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil** — Francisco A. Biato e outros.
- 6 — **A Industrialização do Nordeste — Volume I (A Economia Regional)** — David Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 7 — **Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados (Análise da Experiência Brasileira)** — Fernando Fajnzylber.
- 8 — **Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica** — Vania Porto Tavares e outros.
- 9 — **Financiamento de Projetos Industriais no Brasil** — Wilson Suzigan e outros.
- 10 — **Ensino Técnico: Desempenho e Custos** — Cláudio de Moura Castro e outros.
- 11 — **Desenvolvimento Agrícola do Nordeste** — George Patrick.
- 12 — **Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: Uma Interpretação do Problema e seu Debate** — Edmar L. Bacha e outros.
- 13 — **Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira: Estrutura Funcional da Despesa** — Fernando Antonio Rezende da Silva.
- 14 — **Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/70** — Carlos von Doellinger e outros.
- 15 — **Desenvolvimento Regional e Urbano: Diferenciais de Produtividade e Salários Industriais** — Sergio Boisier e outros.

- 16 — **Transferência de Impostos aos Estados e Municípios** — Aloísio B. Araújo e outros.
- 17 — **Pequenas e Médias Indústrias: Análise dos Problemas, Incentivos e sua Contribuição ao Desenvolvimento** — Frederico J. O. Robalinho de Barros e Rui Lyrio Modenesi.
- 18 — **Dinâmica do Setor Serviços no Brasil — Emprego e Produto** — Wanderly J. M. de Almeida e Maria da Conceição Silva.
- 19 — **Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos** — Milton da Mata, Eduardo Werneck R. de Carvalho e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva.
- 20 — **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste** — David Edwin Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 21 — **Saúde e Previdência Social: Uma Análise Econômica** — Fernando A. Rezende da Silva e Dennis Mahar.
- 22 — **A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/73** — Carlos von Doellinger, Hugo B. de Castro Faria e Leonardo Caserta Cavalcanti.
- 23 — **Serviços e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Aspectos Setoriais e suas Implicações** — Wanderly J. Manso de Almeida.
- 24 — **Industrialização e Emprego no Brasil** — José Almeida.
- 25 — **Mão-de-Obra Industrial no Brasil: Mobilidade, Treinamento e Produtividade** — Cláudio de Moura Castro e Alberto de Mello e Souza.
- 26 — **Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente** — Wilson Suzigan, Regis Bonelli, Maria Helena T. T. Horta e Celsius A. Lodder.
- 27 — **Financiamento Externo e Crescimento Econômico no Brasil: 1966/73** — José Eduardo de Carvalho Pereira.
- 28 — **Tecnologia e Rentabilidade na Agricultura Brasileira** — Claudio Roberto Contador.
- 29 — **Empresas Multinacionais na Indústria Brasileira** — Carlos von Doellinger e Leonardo C. Cavalcanti.
- 30 — **FGTS: Uma Política de Bem-Estar Social** — Wanderly J. Manso de Almeida.
- 31 — **Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas** — Celsius A. Lodder.
- 32 — **A Dívida do Setor Público Brasileiro: Seu Papel no Financiamento dos Investimentos Públicos** — Maria da Conceição Silva.
- 33 — **A Transferência do Imposto de Renda e Incentivos Fiscais no Brasil** — Claudio R. Contador.

Monografias

- 1 — **População Economicamente Ativa da Guanabara** — Manoel Augusto Costa.
- 2 — **Critérios Quantitativos para a Avaliação e Seleção de Projetos de Investimentos** — Clóvis de Faro.
- 3 — **Exportação de Produtos Primários Não-Tradicionais (Milho, Soja, Carnes, Produtos de Madeira, Derivados de Cacau e Alimentos Processados)** — Carlos von Doellinger e outros.
- 4 — **Exportação de Manufaturados (Máquinas-Ferramenta, Máquinas de Escritório, Derivados de Cana-de-Açúcar, Produtos Siderúrgicos e Setores Potenciais)** — Carlos von Doellinger.
- 5 — **Migrações Internas no Brasil** — Manoel Augusto Costa e outros.
- 6 — **Restrições Não-Tarifárias e seus Efeitos sobre as Exportações Brasileiras** — Carlos von Doellinger.
- 7 — **A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil** — Nuno Fidelino de Figueiredo.
- 8 — **Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro** — Carlos Maurício de C. Ferreira e outros.
- 9 — **Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais** — Stahis S. Panagides e outros.
- 10 — **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira — 1889/1945** — Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan.
- 11 — **Estudos sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais (II)** — Euter Paniago e outros.
- 12 — **Investimento em Educação no Brasil: Um Estudo Sócio-Econômico de Duas Comunidades Industriais** — Cláudio de Moura Castro.
- 13 — **O Sistema Tributário e as Desigualdades Regionais: Uma Análise da Recente Controvérsia sobre o ICM** — Fernando A. Rezende da Silva e Maria da Conceição Silva.
- 14 — **O Imposto sobre a Renda e a Justiça Fiscal** — Fernando A. Rezende da Silva.
- 15 — **Aspectos Fiscais das Áreas Metropolitanas** — Aloísio Barbosa de Araújo.

- 16 — **Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial** — Paulo Roberto Haddad (editor), José Alberto Magno de Carvalho, Jacques Schwartzman, Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha, Celsius A. Lodder e Martin O. Smolka.
- 17 — **Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola** — Claudio Roberto Contador (editor), G. Edward Schuch, William H. Nicholls, George F. Patrick, José Pastore e Eliseu Alves T. W. Schultz, Ruy Miller Paiva, Rodolfo Hoffmann e José F. G. da Silva, D. Gale Johnson e Alberto Veiga.
- 18 — **Estudos de Demografia Urbana** — Manoel Augusto Costa (editor), João Lyra Madeira, Equipe SERFHAU, George Martine, José Carlos Peliano, Alzira Nunes Coelho, Thomas W. Merrick e Equipe do CBED.
- 19 — **O Imposto sobre a Renda das Empresas** — Fernando Rezen-de (editor), Celso L. Martone e Claudio R. Contador.
- 20 — **Estrutura Metropolitana e Sistema de Transportes: Estudo do Caso do Rio de Janeiro** — Josef Barat.
- 21 — **Urbanização e Migração Urbana no Brasil** — Manoel Augusto Costa.
- 22 — **Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais** — Josef Barat (editor).

Série Estudos para o Planejamento

- 1 — **Variações Climáticas e Flutuações da Produção Agrícola do Centro-Sul do Brasil** — em equipe.
- 2 — **Aproveitamento Atual e Potencial dos Cerrados (Vol. 1 — Base Física e Potencialidades da Região)** — em equipe.
- 3 — **Mercado Brasileiro de Produtos Petroquímicos** — Amilcar Pereira da Silva Filho e outros.
- 4 — **A Transferência de Tecnologia no Brasil** — Francisco Almeida Biato e outros.
- 5 — **Desenvolvimento de Sistemas de Cadeias de Alimentos Frigorificados para o Brasil** — em equipe.
- 6 — **Desempenho do Setor Agrícola: Década 1960/70** — Sylvio Wanick Ribeiro.
- 7 — **Tecnologia Moderna para a Agricultura (Vol. 1 — Defensivos Vegetais)**.

- 8 — **A Indústria de Máquinas-Ferramenta no Brasil** — Franco Vidossich.
- 9 — **Perspectivas da Indústria Petroquímica no Brasil** — Amílcar Pereira da Silva Filho, Antonio Carlos da Motta Ribeiro e Francisco Almeida Biato.
- 10 — **Características e Potencialidades do Pantanal Matogrossense** — Demóstenes F. Silvestre Filho e Milton Romeu.
- 11 — **Tecnologia Moderna para a Agricultura (Vol. II — Fertilizantes Químicos).**
- 12 — **Poluição Industrial no Brasil.**
- 13 — **Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum** — Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM.

Série Pensamento Econômico Brasileiro

- 1 — **Estudos do Bem Comum e Economia Política, ou Ciência das Leis Naturais e Cíveis de Animar e Dirigir a Geral Indústria, e Promover a Riqueza Nacional, e Prosperidade do Estado** — José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu).

— — — — —

— Brazilian Economic Studies

N.º 1 — Editado por Wanderly J. Manso de Almeida.

IPEA — 061-76012

Pesquisa e planejamento econômico. v. 1 —

n. 1 — jun. 1971 — Rio de Janeiro,
Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1971 —

v. — quadrimestral

Título anterior: Pesquisa e Planejamento v. 1, n. 1 e 2, 1971.
Periodicidade anterior. Semestral de 1971-1975.

1. Economia — Pesquisa — Periódicos. 2. Planejamento
Econômico — Brasil. I. Brasil. Instituto de Planejamento Eco-
nômico e Social.



CDD 330.05
CDU 33(81) (05)

